

INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO-INDSH **CENTRO INTEGRADO DE INCLUSÃO E REABILITAÇÃO - CIIR**

(CNPJ 23.453.830/0017-37)

Demonstrações Financeiras

Balanco Patrimonial em 31 de Dezembro de 2018			Demonstração do Resultado do Período		
Em Reais (R\$)			de 08 de Março a 31 de Dezembro de 2018 - Em Reais (R\$)		
	Nota	2018		Nota	Período de 08/03 a 31/12/2018
Ativo			Receitas Operacionais	13	19.104.649
Circulante		9.979.978	Serviços prestados pacientes SUS		26.493.939
Caixa e equivalentes de caixa	3	7.635.123	(-) Glosa por implantação		(7.389.290)
Contas a receber	4	1.611.702	Custos		(8.749.051)
Estoques		447.843	Pessoal e encargos		(3.593.352)
Adiantamento funcionários		27.432	Serviços de terceiros		(5.070.292)
Outros créditos		231.254	Materiais e medicamentos		(85.407)
Despesas antecipadas		26.624	Despesas		(2.992.966)
Não Circulante		650.000	Pessoal e encargos		(898.338)
Partes relacionadas	7	650.000	Despesas gerais e administrativas	14	(2.074.593)
Imobilizado		4.647.767	Depreciação/amortização		(422.229)
Imobilizado - gestão pública	5	4.119.146	Impostos, taxas e contribuições		(20.035)
Intangível - gestão pública	6	528.621	Outras receitas e despesas operacionais		422.229
Total do Ativo		15.277.745	Financeiras, Líquidas		250.546
Passivo			Receitas financeiras		265.742
Circulante		1.548.028	Despesas financeiras		(15.196)
Fornecedores	8	855.747	Superávit do Período		7.613.178
Obrigações trabalhistas	9	341.110	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido do		
Obrigações sociais	10	105.164	Período de 08 de Março a 31 de Dezembro de 2018 - Em Reais (R\$)		
Obrigações fiscais		61.066			
Outras contas a pagar		4.698	Superávit acumulado		Total
Partes Relacionadas	7	180.243	Início das atividades em 08/03/2018		-
Não Circulante		6.116.539	Superávit do período		7.613.178
Receitas diferidas	11	6.116.539	Em 31 de dezembro de 2018		7.613.178 7.613.178
Patrimônio Líquido	12	7.613.178			
Superávit acumulado		7.613.178			
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		15.277.745			
Demonstração do Fluxo de Caixa do Período de 08 de Março a 31 de Dezembro de 2018 - Em Reais (R\$)					
	Período de 08/03 a 31/12/2018				
Fluxos de caixa das atividades operacionais		7.613.178	Aumento de outras obrigações		4.698
Superávit do período		7.613.178	Aumento das obrigações - não circulante		6.116.539
Ajustes para reconciliar o resultado			Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		13.174.876
Depreciação/amortizações		422.229	Atividades de investimentos		(5.069.996)
Superávit ajustado		8.035.407	Aquisição de imobilizado		(4.452.843)
Variações no circulante das contas de ativo e passivo		5.139.469	Aquisição de bens do intangível		(617.153)
(Aumento) de outros créditos		(1.870.388)	Atividades de financiamentos		(469.757)
(Aumento) de estoques		(447.843)	Transações com partes relacionadas		(469.757)
(Aumento) das despesas antecipadas		(26.624)	Aumento no caixa e equivalentes de caixa		7.635.123
Aumento de fornecedores		855.747	Variação em caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)		
Aumento de obrigações trabalhistas		341.110	Saldo existente no início do período		-
Aumento de obrigações sociais		105.164	Saldo existente no final do período		7.635.123
Aumento obrigações tributárias		61.066	Aumento no caixa e equivalentes de caixa		7.635.123
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis do Período de 08 de Março a 31 de Dezembro de 2018 - Em Reais (R\$)					
1. Contexto Operacional: a) Objetivos Sociais: O Centro Integrado de Inclusão e Reabilitação (CIIR) está localizado em Belém (PA), e faz parte da rede pública do estado, que contempla o CER IV, CEO II e a oficina ortopédica. O complexo presta serviços de assistência médica, odontológica, reabilitação, capacitação, oficinas para produção de próteses, serviços de apoio e diagnósticos. Todo atendimento é voltado ao SUS, assegurando assistência universal e gratuita. b) Contrato de Gestão: O contrato de gestão do Centro Integrado de Inclusão e Reabilitação (CIIR) foi firmado em 22 de novembro de 2017, porém as atividades foram iniciadas em 08 de março de 2018 e o atendimento ao público em 18 de junho de 2018. O Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH (CNPJ 23.453.830/0001-70), realiza a gestão por meio de contrato nº 002/SES-PA/2017, vigente até 21 de novembro de 2022. O INDSH é uma Entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos e filantrópica. É reconhecida como Entidade de utilidade pública por:			ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. f) Julgamentos e estimativas: A preparação das demonstrações contábeis da Entidade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros. Provisões para riscos judiciais: A Entidade reconhece, quando identificada, a provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta as alterações nas circunstâncias. Ajuste para perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa: É constituída, quando aplicável, em montante suficiente para cobrir perdas prováveis na realização das contas a receber. Para determinar a suficiência do ajuste sobre as contas a receber, são avaliados o montante e as características de cada um dos créditos, considerando a probabilidade de realização. Quando há ocorrência de significativos atrasos na realização dos créditos e, pela consideração que a probabilidade de recebimento diminui, é registrada perda estimada nas demonstrações contábeis em montante suficiente para cobrir a perda provável. g) Apuração do Superávit/Déficit: O resultado das operações é apurado pelo regime de competência, exceto quanto às receitas de doações e contribuições, reconhecidas quando efetivamente recebidas. h) Reconhecimento de receitas: As receitas com contrato de gestão são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com os requisitos da aplicação do CPC 47. Não foram identificadas mudanças significativas de práticas contábeis de reconhecimento de receitas com contratos de gestão pública. i) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes: Os valores do ativo circulante e realizável a longo prazo são demonstrados pelo seu valor de reavaliação e atualizados até a data do balanço, quando aplicável. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. j) Ajuste ao valor presente de ativos e passivos: Nas demonstrações contábeis de 2018 não transacionou operação de longo prazo (ou relevantes de curto prazo) que se qualificassem a serem ajustadas, sendo que o efeito deste procedimento é avaliado periodicamente pela entidade. l) Patrimônio líquido: Composto pelo superávit/déficit obtido ao longo do período de existência da entidade, que não tem Capital Social, devido a sua natureza jurídica de entidade sem finalidade de lucro, conforme prevê o art. 44 e seguintes do Código Civil. m) Demonstrações dos fluxos de caixa: As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.		
Âmbito	Legislação	Publicação	3. Caixa e Equivalentes de Caixa		
Federal	Decreto Federal nº 50.517/61	DOU de 23/12/1970	Caixas		1.000
Estadual	Lei Estadual nº 5.341/1969	DOE de 19/11/1969	Banco conta movimento		1.160.511
Municipal	Lei Municipal nº 416	DOM de 16/08/1967	Aplicações em CDB		6.473.612
A Entidade é portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde - CEBAS, cuja manutenção foi deferida para o triênio 1º janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2020, pela portaria nº 78 de 18.01.2018, pelo Ministério da Saúde. 2. Apresentações das Demonstrações Contábeis e Principais Práticas Contábeis: 2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações contábeis da Entidade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis oriundas da legislação societária brasileira aplicável às entidades sem fins lucrativos, ITG 2002 - Entidade sem Finalidade de Lucro, aprovada pela Resolução CFC 1.409/12 de 21 de setembro de 2012 e revisada em 21 de agosto de 2015, bem como a Lei 12.101/2009 e as demais alterações promovidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09. As demonstrações contábeis foram aprovadas, pela Administração, em 18 de março de 2019. 2.2. Base de mensuração e apresentação: As informações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir. 2.3. Moeda funcional e de apresentação: Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade. 2.4. Principais práticas contábeis: a) Caixa e equivalente de caixa: São representadas por disponibilidades, depósitos bancários, fundos em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediata. As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido de rendimentos auferidos até a data dos balanços que não supera o valor de mercado, com alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e são resgatáveis em até 90 dias sem perda do valor. b) Estoques: São demonstrados ao custo médio de aquisição, inferiores aos valores de realização. Os estoques obsoletos ou "vencidos" são baixados ou substituídos, quando identificados. c) Ativo imobilizado: Os imobilizados de gestão pública, são demonstrados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida na receita diferida para amortizar o valor do custo do ativo. A Administração não realiza a avaliação da vida útil dos ativos tangíveis e intangíveis, uma vez que considera as cláusulas de devolução dos ativos administrados ao Ente Público, como determinantes para a aplicação de taxas lineares que se aproximam da vida útil econômica esperada. d) Ativo intangível: Os intangíveis tanto da gestão pública quanto própria, refletem os custos com direitos de uso de software. e) Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos			2018		

As aplicações em Certificados de Depósito Bancário foram feitas em instituições de primeira linha no Brasil, com remuneração baseada nas taxas do Certificado de Depósito Interbancário-CDI e não possuem vencimento predeterminado, podendo ser resgatadas a qual-

continua